

Nota metodológica

A Repórteres sem Fronteiras (RSF) realizou ao longo do ano de 2020 um monitoramento sistemático da relação do governo brasileiro com a imprensa. A cada três meses, a organização publicou um relatório que se debruçou sobre os fatos que marcaram o período e destaca casos emblemáticos que ilustram aspectos do direito à liberdade de imprensa no país.

Este monitoramento envolve a análise do discurso de autoridades públicas do alto escalão do governo, na perspectiva de produzir dados quantitativos sobre a postura do mesmo diante da imprensa.

A pesquisa foi iniciada com o objetivo de monitorar apenas as falas públicas e as contas de Twitter e Facebook de Jair Bolsonaro. Nesse sentido, consideramos como objeto de análise as contas de Twitter e de Facebook do presidente, por entender que os seus perfis nas redes constituem um canal privilegiado de comunicação com a sociedade e a imprensa. Foram analisadas também suas lives semanais (transmitidas nas redes sociais toda a quinta-feira) e aparições públicas, como coletivas de imprensa e entrevistas, notoriamente noticiadas pela mídia e pela própria assessoria de imprensa da Presidência da República.

No entanto, com a evolução na apuração dos dados, tornou-se imprescindível também considerar como objeto de análise as contas de outros agentes públicos aliados ao governo federal e relevantes na construção do que chamamos de "sistema Bolsonaro" de ataques à imprensa.

Assim passaram a ser monitoradas as contas no Twitter do vice-presidente Hamilton Mourão; da Secom (Secretaria Especial de Comunicação Social); dos 3 filhos do presidente que ocupam cargos eletivos (Eduardo, Flavio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro); e dos ministros e ministras de Bolsonaro que utilizam as redes sociais como meio de comunicação.

Tanto o monitoramento, quanto a análise partem do princípio que é obrigação do Estado brasileiro prevenir os crimes contra as pessoas por razão do exercício de seu direito à liberdade de pensamento e expressão, o que inclui:

- Condenar veementemente agressões contra jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras e encorajar as autoridades competentes a agir com a devida diligência e rapidez na investigação dos fatos e na punição dos responsáveis.
- Não adotar discursos públicos que exponham jornalistas e outros comunicadores e comunicadoras a maior risco de violência ou aumentem sua vulnerabilidade.
- Reconhecer constante, explícita e publicamente a legitimidade e o valor do jornalismo e da comunicação, mesmo em situações em que a informação divulgada possa ser crítica ou inconveniente aos interesses do governo.